
ANÁLISE COMPARATIVA DA INSERÇÃO COMERCIAL DOS ESTADOS DO NORDESTE BRASILEIRO: UMA AVALIAÇÃO DO GRAU DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA PARA O PERÍODO 1994 – 2013

Ricardo Schmidt Filho¹
Camila Lilian Andrade Chang²

RESUMO: Após a abertura comercial em 1990, as regiões brasileiras, no que tange ao comércio internacional, começam a contribuir de forma mais diferenciada para as exportações do país, em decorrência dos tipos de intensidade tecnológica exportados por cada. No entanto, a região Nordeste não apresentou contribuições expressivas quando comparadas com as demais, e isso decorre da alta concentração da pauta exportadora dos estados nordestinos. Nesse sentido, o presente trabalho busca explicar os efeitos causados nas exportações do Nordeste brasileiro, assim como, investigar a composição de sua pauta exportação por classificação, por intensidade tecnológica, como também, observar a contribuição e inserção da região nordestina nas exportações do Brasil. O período de análise escolhido foi 1990 a 2013. Para tal análise, utilizou-se de três indicadores de comércio exterior: o *Market share*, as vantagens comparativas reveladas e a contribuição ao saldo. A metodologia utilizada para sua formulação foi a documental e bibliográfica. Logo, verificou-se que os estados da Bahia e do Maranhão foram os maiores responsáveis por manter, ainda que pequena, a participação do Nordeste no cenário nacional no período de 1990 a 2013.

Palavras-chave: Comércio Internacional. Exportações. Intensidade Tecnológica. Nordeste.

¹ Doutor em Economia pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Departamento de Economia – UFCG.

² Economista – UFCG

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre o comércio internacional é um dos assuntos mais instigantes nos debates econômicos. Os estudos dos determinantes das trocas comerciais internacionais têm sua evolução ligada ao próprio desenvolvimento da teoria econômica, desde os mercantilistas, quando surge o processo de iniciação do conhecimento econômico, passando pelos clássicos, neoclássicos e “desenvolvimentistas”. Desta forma, a análise das relações comerciais sempre esteve presente e engendrou os mais calorosos debates acerca dos seus benefícios e malefícios ao processo de desenvolvimento econômico das nações (OLIVEIRA, 2007).

A economia brasileira ao longo de sua história compôs a sua pauta exportadora em grande parte por *commodities* primárias, com destaque para o café, açúcar e soja, no entanto, com a abertura comercial iniciada em 1990, criou-se a expectativa de que esse comportamento no seu comércio exterior pudesse apresentar mudanças, mas os impactos da abertura não foram estes (LIMA, 2014).

A região Nordeste no que compreende a sua participação no comércio exterior, verifica-se que, a sua contribuição possui um valor muito pequeno quando comparado com as demais regiões brasileiras, principalmente nos setores de alta e média intensidade tecnológica.

Com o objetivo de realizar uma análise mais específica, o presente trabalho busca analisar as exportações dos estados do Nordeste brasileiro, assim como, investigar sua composição por intensidade tecnológica. O período de análise escolhido foi de 1994 à 2013, estando divididos em cinco subperíodos: i) 1995 – 1998; ii) 1999 – 2002; iii) 2003 – 2006; iv) 2007 – 2010 e; v) 2011 – 2013.

Além desta breve introdução, o presente trabalho se estrutura em mais cinco tópicos. O segundo trata das principais teorias do comércio internacional e as inovações tecnológicas. O terceiro, explana sobre a economia brasileira e nordestina sob a ótica das exportações; O quarto, apresenta a metodologia utilizada e o quinto apresenta os resultados obtidos de padrão de especialização dos estados nordestinos. O sexto expõe as conclusões do estudo.

2. COMÉRCIO INTERNACIONAL E INTENSIDADE TECNOLÓGICA

O presente tópico aborda as principais teorias do comércio internacional desenvolvidas ao longo da história, com destaque para a clássica, neoclássica e heterodoxa. Será apontada também a importância das inovações tecnológicas para o comércio exterior e desenvolvimento das nações de acordo com cada doutrina apresentada.

As teorias do comércio buscam entender a razão da existência das relações comerciais entre países, o padrão do comércio, quais os preços e quantidades das exportações/importações, quais são as diretrizes determinantes da política comercial, dentre outros objetivos.

2.1 A IMPORTÂNCIA DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Na literatura contemporânea é amplamente difundida a importância dos fatores tecnológicos, seja em menor ou maior ênfase. No entanto, a ideia de que as inovações tecnológicas podem ser um determinante para impulsionar os fluxos de comércio entre as nações e configurar os padrões de especialização, não pode ser considerada nova, pois as primeiras inspirações a respeito da temática foram discutidas nos trabalhos de Schumpeter, Posner e Vernon (NEGRI, 2005).

Conforme apresenta Torezani e Campos (2013), o papel da tecnologia e das capacidades tecnológicas causam impactos diretos sobre o desempenho comercial de um país. Na contemporaneidade, como já citado anteriormente, existe um movimento na literatura que leve em conta as diferenças tecnológicas entre nações como um determinante para as suas relações comerciais.

Estudos sobre o uso de tecnologia em países menos desenvolvidos fortalece esta visão, dado que o menor emprego tecnológico colabora na diminuição da competitividade internacional, que por sua vez proporciona um impacto menos significativo no saldo da balança comercial (VALERI, 2006).

Em vista disso, a capacidade de inovação de um país pode ser considerada a alavanca necessária para elevar o padrão de vida dos cidadãos, além de ser a chave para aumentar os níveis de competitividade no mercado internacional via comércio.

2.2 A TEORIA “PURA” DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

As teorias “puras” do comércio, ou também denominadas de teorias tradicionais, são comumente classificadas em dois subgrupos, o primeiro com as teorias clássicas e o segundo com as teorias neoclássicas do comércio, onde, a grosso modo, configuram o arcabouço teórico das vantagens comparativas (SARQUIS, 2011).

De acordo com Dosi, Pavitt e Soete (1990), as teorias “puras” estão baseadas em quatro pressupostos básicos fundamentais, são eles: i) tecnologia; ii) comportamento; iii) demanda e; iv) mecanismo de ajustamento. Sobre a tecnologia, esta hipótese parte do princípio de que as diferenças técnicas podem ser adequadamente representadas por funções de produção bem-comportadas, contínuas, diferenciáveis, onde se considera que todos os países possuem funções idênticas. No que se refere o comportamento, leva-se em consideração que existe competição perfeita por toda parte, onde os agentes são maximizadores sob restrições orçamentárias. Já sobre a demanda, pressupõe que há preferências idênticas em todos os países, como também há função de utilidade bem-comportadas. E por fim, sobre o mecanismo de ajustamento, que permite garantir a compensação de todos os mercados de produtos e de fatores, tal como destacado por Torrezani e Campos (2013).

Conforme Sarquis (2011) e Cassano (2002), as teorias clássicas do comércio estão difundidas no princípio das vantagens comparativas de David Ricardo. Ricardo formulou a teoria das vantagens comparativas, onde elaborou o papel do trabalho como sendo a principal fonte de riqueza. No modelo de Ricardo, os ganhos do comércio são provenientes das diferenças do trabalho entre as nações nas suas diferentes indústrias, assim resultando no princípio das vantagens comparativas.

Cada país se especializa na produção do bem que tem maior preço relativo em relação à necessidade relativa de mão-de-obra (custo de oportunidade). A diferença

nos custos comparativos dos bens constitui-se, então, como a principal causa para o comércio, determinando o padrão comercial entre os países.

O segundo subgrupo da teoria “pura” do comércio é comumente denominado de neoclássicos, que trata dos modelos de dotação de fatores desenvolvidos por Eli Heckscher e Bertil Ohlin na década de 1920 e formalizadas por Paul Samuelson na década de 1940. Assim como o modelo clássico, este também é estático, no entanto, o modelo de dotação de fatores considera não só a oferta de trabalho como um fator de produção, mas também o capital e a terra (VALERI, 2006).

Segundo Baumann, Canuto e Gonçalves (2004), o modelo Heckscher-Ohlin (neoclássico) evidencia as diferenças na dotação de produção como sendo o principal determinante das vantagens comparativas no comércio internacional, bem como busca explicar a composição dos fluxos de comércio. Mesmo diante da agregação de novos fatores de produção, capital disponível e trabalho, os neoclássicos partem da hipótese de que há uma igualdade tecnológica entre os países, e isso serve como base para as suas principais argumentações. Desta maneira, Torrezani e Campos (2013) afirma que, pelo fato dos neoclássicos tratarem a tecnologia como um fator exógeno, as relações comerciais internacionais são explicadas pelas diferenças relativas na dotação dos fatores, de modo que cada nação exporte bens que utilizem altas quantidades dos fatores de produção mais abundantes. Logo, se um país detém de uma alta relação capital/trabalho, a nação tenderá a exportar bens de capital-intensivos, caso a relação seja inversa, a nação tenderá a exportar bens intensivos em mão-de-obra.

De acordo com Negri (2005), os modelos clássicos e neoclássicos laçaram conceitos de extrema importância para o entendimento dos fluxos de comércio entre as nações, no entanto, ambos não fornecem explicações contundentes e nem suficientes para o entendimento do comércio internacional no que tange o papel dos fatores tecnológicos na determinação do comércio.

2.3 OS REVISIONISTAS: OS NOVOS MODELOS TEÓRICOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Diante das mudanças pelas quais o mundo vem experimentando, novas abordagens sobre o comércio internacional foram desenvolvidas com a finalidade de se

aproximar da realidade e dar maior consistência analítica aos modelos teóricos que se propuseram a estudar sobre os fenômenos do comércio entre os países.

As novas teorias do comércio foram inicialmente elaboradas por Krugman 1979 e 1980 e Helpman 1981, assumindo-se as hipóteses de economias de escala e de concorrência imperfeita, sendo que as economias de escalas podem tanto ser consideradas internas (dentro da firma, dependendo do seu porte) como podem ser externas (na indústria). De acordo com os revisionistas, a diferenciação entre os países não ocorre pelas vantagens comparativas e sim pelas diferenças tecnológicas na produção de inovações (TOREZANI; CAMPOS, 2013; SARQUIS, 2011).

No que tange sobre a relação das novas teorias do comércio e tecnologia, podemos destacar o modelo Norte-Sul do comércio internacional exposto por Krugman. Esse modelo é baseado no pressuposto de dois países (Norte e Sul) e em um único fator de produção (trabalho), onde o Norte é considerado inovador e possui o monopólio temporário dos novos produtos, no entanto já o Sul não é inovador e é responsável pela produção de bens de tecnologias maduras (NEGRI, 2005).

Outro modelo apresentado por Krugman que merece destaque é o “*gap* tecnológico”, que analisa mais cuidadosamente os efeitos de um aumento ou redução do *gap*. Conforme Negri (2005), nesse modelo os países mais avançados em termos tecnológicos têm vantagens absolutas de produtividade na produção de todos os produtos, no entanto, essas vantagens são comparativamente maiores nos bens que contém o emprego de maior tecnologia. Já na produção de bens que possuem menor conteúdo tecnológico, as vantagens de custos de produção seriam dos países menos desenvolvidos, como destaca Torezani e Campos (2013).

Porém, estes modelos, Norte-Sul e o “*gap* tecnológico” assumem o progresso técnico como exógeno, assim se limitando a demonstrar as diferenças tecnológicas existentes entre as nações que moldam os padrões de comércio entre eles, não conseguindo explicar as razões de tais diferenças (NEGRI, 2005).

2.4 A TEORIA “MENOS PURA” DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Os modelos clássicos e neoclássicos forneceram conceitos importantes para o entendimento dos fluxos das relações comerciais entre os países. No entanto, estes modelos não forneceram explicações contundentes e nem satisfatórias para a compreensão do comércio internacional no que tange o papel dos fatores tecnológicos na determinação do comércio. De acordo com Valeri (2006), o modelo ricardiano assume os fatores tecnológicos em um nível fixo para cada nação, já o modelo Heckscher-Ohlin trata como um nível fixo de fatores de produção e tecnologias idênticas entre os países.

Diante disso, surge outra corrente, a heterodoxa ou “menos pura”, que procurou incrementar e até mesmo propor alternativas às teorias tradicionais do comércio, assumindo como hipótese a endogeneidade da inovação tecnológica, a existência de ciclos produtivos, a existência de economias de escala e rendimentos crescentes e etc.

Sobre as principais teorias heterodoxas, podemos destacar que as primeiras teorias que incorporaram a tecnologia como um fator endógeno de influência nos fluxos de comércio têm como origem os trabalhos de Posner, em 1961, e o seu modelo do “*gap*” tecnológico, bem como na teoria do ciclo do produto elaborado por Vernon em 1966.

Posner 1961 em seu modelo do *gap* tecnológico, afirma que o país que possui ou realiza alguma inovação tecnológica, exerce do monopólio comercial deste novo produto, no entanto, este monopólio é temporário, pois outras indústrias e países aprenderam a tecnologia inovadora. O período de aprendizagem (“*gap*” tecnológico) dependerá de vários fatores como, o grau de competitividade na indústria, o tempo de reação do mercado e o tempo de desenvolvimento da própria tecnologia (TOREZANI e CAMPOS, 2013; VALERI, 2006). Em seu modelo, Posner 1961 também argumenta que existem ganhos de comércio tanto para a nação inovadora como para a “imitadora”, pois a inovadora desfruta de um período de monopólio e a “imitadora” se beneficia com o avanço tecnológico.

O modelo de ciclo de vida do produto desenvolvido por Vernon 1966 argumenta que, a inovação é desenvolvida primeiramente em países tidos como avançados, e

posteriormente nos países menos avançados, pois, a demanda por diferentes tipos de inovações vai mudando de maneira sistemática durante o ciclo de vida do produto (TOREZANI e CAMPOS, 2013).

O ciclo de vida do produto possui três fases, são elas: i) a inovação. Nesta fase a produção da mercadoria está centrada em mercados de países que possuem maior desenvolvimento tecnológico, e a exportação do bem é direcionada a nações de renda semelhante à do inovador; ii) a maturação. Essa fase tem como característica a produção da mercadoria em outras nações, devido à importância da diminuição dos custos de produção; e por fim, iii) a padronização. Com a padronização do bem, começa-se a produzir em outros países menos desenvolvidos economicamente, onde o valor da mão-de-obra tende a ser menor do que nos países desenvolvidos (TOREZANI e CAMPOS, 2013).

Conforme Valeri (2006), esta teoria demonstra um formato tanto dinâmico como estático. Estático, porque os países com a alta capacidade inovativa produzem bens intensivos em tecnologia, e dinâmicos porque a capacidade tecnológica dos produtos ao longo do tempo decresce conforme são padronizados.

Além destes dois modelos apresentados, podemos destacar a teoria Schumpeteriana e a neo-schumpeteriana. A análise central da teoria Schumpeteriana é a empresa capitalista, dado que, as inovações (tidas por Schumpeter como o único fator determinante da competitividade) são realizadas dentro da firma, desta maneira, rejeita a noção de equilíbrio e se focaliza no mercado, local de atuação das empresas, onde estas assumem estratégias tecnológicas assim de assegurar a sua competitividade e expandir o *market-share*. Na abordagem neo-schumpeteriana a competitividade se embasa no aspecto evolucionário inovativo como um processo microeconômico. (GUIMARÃES, 1997)

Nesse sentido, as teorias aqui apresentadas, destacam a importância das inovações tecnológicas no desempenho das relações comerciais, que por sua vez, afeta diretamente no desenvolvimento econômico.

3. PANORAMA DA ECONOMIA BRASILEIRA E NORDESTINA ENTRE 1994 e 2013

Neste tópico, aborda-se os traços mais característicos no diz respeito à economia brasileira e nordestina, fazemos uma breve apresentação dos acontecimentos históricos a partir de 1990, no qual deu-se início a abertura comercial brasileira. A economia do país nesse período se encontrava em estado de estagnação e com altos índices inflacionários, chegando a 80% ao mês (CASTRO, 2011).

3.1 ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA: 1990-1994

Após a sua posse em 1990, Fernando Collor de Mello, iniciou uma série de medidas com a finalidade de tirar o país da turbulência econômica no qual se encontrava. No entanto, nem todos os objetivos proposto por Collor obtiveram sucesso, o que levou a uma insatisfação nacional. Esta insatisfação mais escândalos de corrupção no seu governo culminaram em uma mobilização nacional, o que acabou por provocar seu *impeachment* em 1992, e seu vice Itamar Franco assumiu ao governo até 94 (LIMA, 2014).

Também devemos destacar outro fato importante nesse período, que foi a criação da Unidade de Valor Real (URV), comumente chamado de Real. Este acontecimento ocorreu nos dois anos em que Itamar Franco estava no poder, onde o então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC) comandou a equipe responsável pelo desenvolvimento do Plano Real (AVERBUG, 1999; CASTRO, 2011).

No que se refere aos assuntos do comércio exterior, a década de 1990 também foi marcada por grandes mudanças, como exemplo a abertura comercial, que se iniciou no governo Collor e estendeu-se até Fernando Henrique Cardoso (AVERBUG, 1999). Para compreendermos melhor esse processo de liberalização comercial no qual o Brasil adotou, devemos destacar um fato importante que influenciou esse posicionamento, que foi o Consenso de Washington em 1989, onde foram listadas uma série de medidas (reformas) que os países em desenvolvimento deveriam adotar para conseguirem se desenvolver de forma autossustentável (CASTRO, 2005). No entanto, as “propostas” dadas pelo Consenso de Washington tinham como objetivo na verdade, garantir uma

obediência fiscal, promover uma liberalização comercial e financeira, como também, diminuir a participação do estado (CASTRO, 2005).

De acordo com Miranda (2001), a liberalização comercial brasileira realizada a partir de 1990 caracterizou-se pela diminuição das tarifas e a abolição de alguns regimes especiais de importações, como também, a adoção do câmbio livre. No período de 1990 a 1994 o saldo da balança comercial brasileira manteve-se positivo, variando entre 10,8 e 15,2 bilhões de US\$, e as exportações cresceram de 31,4 bilhões de US\$ em 1990 para 43,5 bilhões de US\$ em 1994. Nesse período, os principais destinos das exportações brasileiras foram a Europa e os Estados Unidos - juntos representaram mais de 50% do destino das exportações nacionais.

Fazendo uma análise da participação das regiões brasileira na composição da pauta exportadora, percebe-se que no período 91-94 houve um acréscimo gradativo da contribuição de cada região, no entanto, a região sudeste seguida da sul foram as quais mais tiveram destaque. No que tange a região nordeste, a mesma obteve um acréscimo em sua participação na pauta exportadora nacional, passando de US\$ 2.859,771 bilhões em 1991 para US\$ 3.502.858 bilhões em 1994 (IPEA e MDIC, 2015).

TABELA 1 – Balança Comercial do Nordeste 1991-1994, em US\$ 1.000 – FOB

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1991	2.859.771	1.577.901	1.281.870
1992	3.035.047	1.369.830	1.665.217
1993	3.012.647	1.965.221	1.047.426
1994	3.502.858	2.455.466	1.047.392

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC

A TAB.1 apresenta a evolução de 18,35% nas exportações da região nordeste no período de 1991-1994, em contrapartida o saldo da balança comercial nesse mesmo período indicou uma queda de 22,38%, tendo em vista um crescimento mais significativo das importações: 55,62%.

3.2 EFEITO DAS CONTAS EXTERNAS: 1995-1998

O período do primeiro mandato do governo de Fernando Henrique foi marcado pelo sucesso do Plano Real quanto à estabilidade monetária, em que pese as preocupações com o crescente desequilíbrio externo e a crise fiscal.

O desequilíbrio externo brasileiro foi causado por diversos fatores, porém devemos destacar os principais, tais como: o crescimento e diversificação da pauta de importações combinados a um fraco desempenho das exportações brasileiras. No que se refere à crise fiscal, ela foi agravada devido às altas taxas de juros, dívida pública crescente e um déficit público (nominal) de mais de 6% do PIB (na média de 95 a 98) (ARVEBUG, 1999; LIMA, 2014).

A Balança comercial brasileira entre 95-98 apresentou saldo comercial negativo, chegando em 1997 com US\$ 6,6 bilhões negativos. No que concerne as exportações nesse período, verificou-se que houve um aumento de 9,0%, mas paralelamente a isto as importações aumentaram aproximadamente 14%, desta forma resultando em saldos comerciais negativos.

Diferentemente do período de 90-94, percebeu-se que os principais destinos das exportações brasileiras em 1995 a 1998 foram a Europa novamente e agora a América Latina, ficando os Estados Unidos como o terceiro maior destino das exportações nacionais. No que tange a contribuição de cada região para a pauta exportadora, notou-se que o sudeste liderava seguido da região sul, aparecendo o Nordeste como terceira maior região exportadora. No entanto, vale ressaltar que as regiões sudeste e sul, juntas, representavam mais de 50% da composição das exportações (IPEA e MDIC, 2015).

TABELA 2 – Balança Comercial do Nordeste 1995-1998, em US\$ 1.000 - FOB

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1995	4.239.999	3.603.783	636.216
1996	3.854.865	4.110.932	- 256.067
1997	3.960.561	4.446.396	- 485.835
1998	3.720.845	3.792.485	- 72.000

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

Na TAB. 2, podemos verificar o efeito crises externas 95-98, onde o saldo negativo da balança nacional afetou abruptamente a balança comercial nordestina no período supracitado. O efeito diminuição das exportações com o aumento paralelo das importações chegaram a culminar em um saldo negativo de US\$ 485.835 milhões no ano de 1997.

3.3 AJUSTES FISCAIS E METAS INFLACIONÁRIAS: 1999-2002

Em decorrência da crise da Rússia em 1998, a política macroeconômica brasileira tornou-se insustentável, fazendo com que o governo recorresse ao Fundo Monetário Internacional (FMI) no ano de 1999 (LIMA, 2014). Também podemos destacar que, em consequência dos acontecimentos citados anteriormente houve uma grande fuga de capitais que por sua vez ocasionou a desvalorização da moeda e a adoção do regime de câmbio flutuante.

Com a nomeação de Armínio Fraga para o posto de Presidente do Banco Central, o cenário econômico começou a dar sinais de mudanças. As primeiras medidas tomadas foram: a elevação da taxa de juros básica; e a adoção do sistema de metas de inflação, sendo este último adotado até os dias atuais.

O segundo mandato de FHC foi caracterizado por algumas mudanças positivas, como a estabilização e as várias reformas, tais como: privatizações; mudança do tratamento do capital estrangeiro; aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); ajuste fiscal a partir de 1999, dentro outros.

A partir de 1999 a balança comercial ainda negativa começa a dar sinais de positivos, saindo de US\$ 1,3 bilhões negativos em 1999 para US\$ 7 milhões negativos nos anos 2000, e só retomando ao crescimento positivo em 2001 com o saldo comercial fechado em US\$ 2,6 bilhões, e dando um saldo significativo em 2002 com US\$ 13,1 bilhões em 2002 (IPEA e MDIC, 2015). As exportações brasileiras acompanharam o movimento mundial de crescimento, onde as exportações nacionais cresceram cerca de 21% entre 1999 a 2002, em contrapartida as importações diminuíram 7,2% ao longo destes quatro anos.

Um pouco diferente do período de análise anterior (1995-1998), os principais destinos das exportações brasileiras foram a Europa – este sempre permanecendo na liderança de importadores de produtos nacionais, agora seguido pelos EUA e América Latina, a qual havia se tornado o segundo maior receptor de produtos brasileiros. Continuando o mesmo movimento aos anos anteriores, o Sudeste liderara de forma abrupta como sendo a região que mais contribui para a pauta exportadora, seguidos do sul, nordeste, norte e centro-oeste.

TABELA 3 – Balança Comercial do Nordeste 1999-2002, em US\$ 1.000 - FOB

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1999	3.355.505	3.526.919	- 171.414
2000	4.026.157	4.776.450	- 750.293
2001	4.187.781	5.128.804	- 941.023
2002	4.655.567	4.659.979	- 4.412

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

No que concerne ao comportamento da balança comercial da região nordeste, conforme a TAB.3, infelizmente o Nordeste não conseguiu acompanhar a tendência mundial e nacional, no qual permaneceu negativo. Um dos motivos pelos quais se justificam esse resultado, é que ao mesmo tempo em que as exportações do Nordeste avançaram, as importações acompanharam esse movimento ao ponto de ultrapassarem as exportações.

3.4 CRESCIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR: 2003- 2006

Com a posse de Lula na presidência da república gerou-se um momento de apreensão e expectativas, pois temiam que o seu governo não seguisse com as mesmas diretrizes macroeconômicas adotadas por FHC (superávit primário, regime de metas de inflação e taxa de câmbio). No entanto, para alívio do mercado, não foram quebradas os acordos anteriormente pré-estabelecidos (TEXEIRA, 2012).

De acordo com Lima (2014, p. 28), o primeiro mandato do governo Lula obteve um “desempenho muito superior ao governo FHC, com maior média de crescimento, menos inflação e saldo da balança comercial muito superior”. Esse comportamento se deu em resposta as Políticas Industriais e de Comércio Exterior adotada pelo governo Lula, tais como: financiamentos, simplificação de procedimentos e desoneração tributária; promoção comercial e prospecção de mercados e; consolidação da imagem do Brasil e de suas empresas no exterior.

Com esse contexto internacional favorável, o Brasil experimentou um crescimento em suas exportações que resultou em um saldo comercial de sua balança positivo. Entre 2003 a 2006 houve um crescimento expressivo de 46,87% nas exportações, resultando no crescimento do saldo de US\$ 24,9 bilhões em 2003 para US\$ 46,5 bilhões em 2006. Em relação aos principais destinos das exportações brasileiras, a Europa, EUA e América Latina ficaram alternando nesse período as suas

colocações, no entanto, vale destacar que a Ásia demandou de forma significativa os produtos brasileiros, fazendo com que desta forma se aproximasse dos três maiores importadores brasileiros (IPEA e MDIC, 2015).

A partir de 2003 com o cenário favorável a balança comercial nordestina começa a dar sinais positivos, chegando ao seu ápice em 2005 com o saldo de US\$ 4.253.359 bilhões.

TABELA 4 – Balança Comercial do Nordeste 2003-2006, em US\$ 1.000 - FOB

Ano	Exportações	Importações	Saldo
2003	6.112.111	4.328.650	1.783.461
2004	8.043.285	5.510.21	2.532.764
2005	10.561.141	6.307.728	4.253.359
2006	11.629.26	8.854.754	2.774.372

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

3.5 EFEITO CRISE INTERNACIONAL: 2007 – 2010

Em decorrência da crise internacional que eclodiu nos Estados Unidos no final de 2007 e a crise da Zona do Euro em seguida, o governo Lula em seu segundo mandato flexibilizou a política econômica do país através de: i) adoção de medidas voltadas à ampliação do crédito ao consumidor; ii) criação e ampliação de programas de transferência de renda direta; iii) aumento real do salário mínimo e; iv) expansão do PAC e ampliação da atuação do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) para estimular os setores públicos e privados (LIMA, 2014; TEXEIRA, 2012).

Porém, como já era previsto em um mundo globalizado, vários países, incluindo o Brasil foram afetados pelas crises, o que acabou provocando uma queda abrupta do saldo da balança comercial brasileira quando comparado aos últimos anos, onde em 2007 a balança comercial fechou em US\$ 40 bilhões, já em 2010 o saldo foi de US\$ 20,1 bilhões. A crise refletiu de forma drástica em um dos maiores importadores brasileiros, os EUA, no qual ficou em quarta posição no ranking de destinos das exportações brasileiras, ficando atrás de Ásia e Oriente Médio, o qual foi a primeira vez em que tomou liderança de maiores destinos das exportações nacionais, seguidos da Europa e América Latina (IPEA e MDIC, 2015).

Outro movimento foi que, a região centro-oeste foi a segunda em maior contribuição para a pauta exportadora, perdendo apenas para a o Sudeste.

TABELA 5 – Balança Comercial do Nordeste 2007-2010, em US\$ 1.000 - FOB

Ano	Exportações	Importações	Saldo
2007	13.086.243	11.776.554	1.309.689
2008	15.451.508	15.526.386	- 74.878
2009	11.616.308	10.795.724	820.584
2010	15.863.313	17.585.542	- 1.722.229

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

Nesse período de 2007-2010, o nordeste apresentou oscilações em seu saldo da balança comercial, variando de US\$ 1.309.689 bilhões a US\$ 1.722.229 bilhões negativos em 2010. Embora as exportações da região tenham aumentado gradativamente, as importações aumentaram em proporções maiores em determinados anos, tais como em 2008 e 2010, desta forma resultado nessa variação.

3.6 DESEMPENHO FRACO DO COMÉRCIO EXTERIOR: 2011 – 2013

Entre 2011 a 2013 o saldo comercial brasileiro chegou a variar mais de 100%, onde em 2011 fechou com o saldo de US\$ 29,8 bilhões e em 2013 fechou com US\$ 2,3 bilhões. As exportações mundiais mantiveram-se estagnadas, e em decorrência desse efeito, o Brasil manteve suas exportações na casa do US\$ 242 bilhões, não variando muito. A Ásia historicamente torna-se a líder no ranking das exportações mundiais no período de análise, e esse comportamento se dá em virtude de crescimento econômico oriental (IPEA e MDIC, 2015).

TABELA 6 – Balança Comercial do Nordeste 2011-2013, em US\$ 1.000 - FOB

Ano	Exportações	Importações	Saldo
2011	18.845.433	24.132.443	- 5.287.011
2012	18.773.213	26.006.587	- 7. 233.375
2013	17.270.152	27.739.974	- 10.469.823

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

Diante de um comportamento nacional, todas as regiões brasileiras acabaram por ter seu desempenho afetado, até mesmo o maior contribuinte da pauta exportadora nacional, o sudeste. A região nordeste, conforme demonstrada na TAB. 6, as importações foram mais relevantes do que as suas exportações, desta forma causando saldos negativos nos três anos analisados, 2011, 2012 e 2013, no qual o saldo comercial chegou ao seu pico negativo de US\$ 10.469.824 bilhões em 2013.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos (ou fins) a pesquisa é dita descritiva, uma vez que calcula diversos indicadores a fim de estabelecer o perfil de inserção internacional do Brasil dentro de cada subperíodo macroeconômico marcante para a economia. Sob esta mesma perspectiva a pesquisa também é caracterizada como explicativa, pois após determinar o perfil de inserção internacional do país, procura compreendê-lo com base nas políticas econômicas adotadas no período, assim como no contexto internacional no qual o país estava inserido.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados (ou meios de investigação) a pesquisa é considerada documental, uma vez que faz uso de uma série de dados disponibilizados em diversas fontes estatísticas, que serão detalhadas posteriormente. A pesquisa também é bibliográfica, tendo em vista que utiliza as informações obtidas em livros e artigos científicos como base para realizar as inferências acerca dos indicadores calculados.

A seguir será apresentada a classificação utilizada para ordenar os setores de acordo com seu nível tecnológico.

4.1 CLASSIFICAÇÃO SETORIAL

O trabalho utilizará como base a classificação adotada pela UNCTAD (2002) que ordena os setores da seguinte forma: A - *Commodities* primárias; B - Produtos intensivos em trabalho e baseados em recursos naturais; C - Produtos de baixa intensidade tecnológica e produtividade do trabalho; D - Produtos de média intensidade tecnológica e produtividade do trabalho; E - Produtos de alta intensidade tecnológica e produtividade do trabalho; e F - Produtos não classificados.

Esta classificação adota a nomenclatura *Standart International Trade Classification* (SITC), Rev. 2, ao nível de 3 dígitos, no entanto este trabalho é realizado conforme a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), com dois dígitos de agregação (99 capítulos da SH). Portanto, para viabilizar o estudo foi utilizada a tradução elaborada por Amaral (2008).

Apresentada a classificação setorial adotada, no próximo tópico são expostos os indicadores de comércio internacional, sob os quais serão feitas as análises de perfil de inserção internacional do Brasil.

4.2 INDICADORES DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

A análise do desempenho e da contribuição de cada categoria para a economia brasileira será feita através de quatro indicadores de comércio internacional: *Market Share*, Participação nas Exportações, Vantagem Comparativa Revelada e Contribuição ao Saldo.

O *Market Share* (MS) setorial apresenta a quantidade de exportações de um grupo setorial (i) de um país (j) em relação à quantidade total de exportações mundiais deste grupo setorial, ou seja, o indicador mede a parcela de mercado de exportações de um país em um determinado setor.

O indicador é calculado pela seguinte fórmula:

$$MS = \frac{X_{ij}}{X_i}$$

Onde:

X_{ij} = exportações do grupo setorial i pelo país j

X_i = exportações do grupo setorial i no mundo

A Vantagem Comparativa Revelada (VCR) é um indicador desenvolvido por Balassa (1965) indica se um país possui ou não vantagens comparativas em um determinado setor. Se o indicador for maior que um o país possui vantagens comparativas, se for menor, o país não possui vantagens comparativas no setor e se for igual a um as exportações do setor crescem na mesma proporção que o crescimento mundial.

A fórmula do indicador é a seguinte:

$$VCR = \frac{X_{ij}/X_j}{X_i/X}$$

Onde:

X_{ij} = exportações do grupo setorial i pelo país j

X_j = exportações totais realizadas pelo país j

X_i = exportações do grupo setorial i no mundo

X = exportações mundiais totais

A Contribuição ao Saldo (CS), em Lafay (1990), indica qual a real contribuição do setor para a balança comercial do país. Se o resultado obtido for maior que zero, o setor contribui positivamente para o saldo comercial, caso contrário, a contribuição é negativa.

O indicador é obtido pela seguinte fórmula:

$$CS = 1000 \div PIB_j \times (S_1 - S_2), \text{ sendo:}$$
$$S_1 = 100 \times (X_{ij} - M_{ij}) / [(X_j + M_j) / 2]$$
$$S_2 = 100 \times (X_j - M_j) / [(X_j + M_j) / 2] \times [(X_{ij} + M_{ij}) / (X_j + M_j)]$$

Onde:

X_{ij} = exportações do grupo setorial i pelo país j
 M_{ij} = importações do grupo setorial i pelo país j
 X_j = exportações totais realizadas pelo país j
 M_j = importações totais realizadas pelo país j
 PIB_j = Produto Interno Bruto do país j

Por fim, serão apresentadas as bases de dados utilizadas para a obtenção dos dados.

4.3 AS BASES DE DADOS

Os dados referentes às exportações e importações do Brasil foram retirados do AliceWeb, base de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Para as informações do comércio internacional por setores foi utilizada a base de dados das Nações Unidas, o Comtrade. O total das importações mundiais foi obtido através de dados da Organização Mundial do Comércio (OMC). O PIB do Brasil em dólares foi obtido através do Banco Mundial. A próxima seção traz a análise dos dados obtidos sob o aspecto tecnológico, de acordo com recortes temporais feitos para o estudo.

5. APRESENTAÇÃO E DICUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

A presente sessão tem como finalidade apresentar e discutir os resultados obtidos para cada período analisado no âmbito regional e estadual.

A TAB.7 demonstra em termos percentuais a participação do Nordeste no total das exportações brasileiras para o período de estudo. Como é sabido, historicamente o

Nordeste possui um fraco desempenho no comércio exterior, nesse período não foi diferente, não chegando a compor nem 10% do total exportador brasileiro.

Uma informação bastante relevante é a significativa participação do Estado da Bahia, que na média do período analisado representa mais da metade (53,07%) das exportações nordestinas. Estados que também apresentam desempenho razoável são Maranhão (15,88%), Ceará (9,54%) e Pernambuco (8,05%).

TABELA 7 – Participação da Região Nordeste nas Exportações Brasileiras em termos percentuais (%) 1994-2013

ANO	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NE/BR
1994	6,79	49,12	9,56	16,43	2,39	10,64	1,53	2,47	0,97	8,04
1995	11,04	45,26	8,3	15,83	2,03	13,54	1,58	1,87	0,53	9,11
1996	7,5	47,89	9,86	17,68	2,68	8,85	1,62	2,46	1,45	8,07
1997	8,6	47,15	8,91	18,8	2,19	9,4	1,56	2,36	1	7,48
1998	7,84	49,17	9,54	17,09	1,45	9,74	1,58	2,73	0,84	7,27
1999	6,7	47,12	11,06	19,75	1,87	7,92	1,46	3,44	0,65	6,99
2000	5,57	48,27	12,3	18,83	1,92	7,06	1,57	3,71	0,73	7,3
2001	7,27	50,66	12,6	12,99	2,51	8,01	0,96	4,48	0,5	7,18
2002	6,41	51,81	11,71	14,01	2,53	6,87	1,03	4,8	0,81	7,7
2003	5,9	53,35	12,48	12,1	2,76	6,73	0,96	5,08	0,63	8,35
2004	5,91	50,55	10,71	15,3	2,66	6,43	0,91	7,13	0,6	8,32
2005	5,53	56,71	8,84	14,21	2,16	7,44	0,55	3,92	0,63	8,91
2006	5,95	58,24	8,27	14,73	1,8	6,71	0,4	3,2	0,68	8,44
2007	5,07	56,61	8,77	16,64	1,8	6,65	0,43	2,9	1,11	8,14
2008	5,68	56,3	8,26	18,36	1,47	6,07	0,88	2,25	0,72	7,81
2009	7,09	60,35	9,3	10,61	1,36	7,09	1,44	2,22	0,52	7,59
2010	6,12	55,97	8	18,4	1,37	7,01	0,81	1,79	0,5	7,86
2011	7,28	58,46	7,45	16,17	1,19	6,36	0,87	1,49	0,72	7,36
2012	5,4	60,02	6,75	16,11	1,29	7,03	1,2	1,39	0,79	7,74
2013	4,3	58,43	8,22	13,56	1,08	11,53	0,94	1,43	0,49	7,13
MÉDIA	6,60	53,07	9,54	15,88	1,93	8,05	1,11	3,06	0,74	7,84

Na Tabela 8 são analisados os indicadores de Vantagem comparativa, Market Share e Contribuição ao saldo das exportações/importações de Commodities Primárias dos Estados Nordestinos. Informações relevantes sobre o VCR apontam para a especialização comercial nesta classificação tecnológica, em todos os subperíodos, nos estados de Alagoas, Ceará, Piauí, Rio grande do Norte e Sergipe. A Paraíba e a Bahia não apresentam especialização nestes produtos em nenhum dos sub-períodos da

análise, enquanto o Maranhão e Pernambuco apresentam especialização em todos os Sub-períodos, com exceção para 2011-2013. Estas informações mostram o padrão de forte especialização dos estados Nordesteiros neste tipo de produtos.

Outro conjunto de informações relevantes que podem ser extraídos da TAB. 2 dizem respeito à proporção destas exportações (Market-Share) que são realizadas por cada um dos estados nordestinos no total das exportações da Região. Merece destaque o fato de que, apesar de não ter especialização na exportação de commodities o Estado da Bahia tem forte parcela das exportações destes Produtos. Os outros estados que possuem os maiores percentuais nestas exportações são Maranhão, Alagoas, Ceará e Pernambuco.

A análise da Contribuição ao Saldo nos aponta que com exceção da Paraíba entre 1994-1998 e 1999-2002 todos os demais estados e períodos foram de contribuição positiva ao saldo comercial, o que reforça a conclusão de especialização e vocação da região Nordeste na produção e exportação de Commodities Primárias.

TABELA 8 - Commodities Primárias – Estados do NE – VCR, MS E CS – 1994-2013

VCR									
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
1994-1998	1,44	0,68	1,32	1,32	0,29	1,18	1,21	1,65	1,25
1999-2002	1,56	0,7	1,3	1,31	0,48	1,13	1,46	1,47	1,12
2003-2006	1,56	0,72	1,36	1,36	0,61	1,18	1,89	1,34	1,71
2007-2010	1,44	0,84	1,04	1,25	0,35	1,08	1,76	1,51	1,51
2011-2013	1,81	0,92	1,07	0,96	0,76	0,75	1,9	1,6	1,47
MARKET SHARE									
1994-1998	11,87	32,93	12,2	23,82	0,55	11,32	1,91	4,21	1,16
1999-2002	10,15	34,81	15,59	21,22	1,09	8,39	1,81	0,61	0,76
2003-2006	8,99	40,21	13,19	19,53	1,39	8,13	1,24	6,18	1,09
2007-2010	8,58	48,23	8,89	20,45	0,53	7,25	1,54	3,42	1,06
2011-2013	10,31	54,51	7,99	14,86	0,91	6,2	1,92	2,3	0,95
CONTRIBUIÇÃO AO SALDO									
1994-1998	36,51	12,22	25,89	63,63	-22,74	27,91	40,83	43,16	11,24
1999-2002	39,66	15,39	35	67,15	-12,98	23,98	32,94	45,14	0,64
2003-2006	23,37	9,24	36,56	60,66	5,51	27,75	46,29	27,17	40,64
2007-2010	36,59	20,29	35,23	64,03	6,82	31,41	85,39	59,74	54,43
2011-2013	62,34	23,79	30,18	39,28	9,54	17,57	87,12	62,58	41,92

Fonte: Elaboração Própria.

Na Tabela 8 são verificados os Indicadores de Comércio Exterior para os produtos Intensivos em Trabalho e Recursos Naturais para todos os Estados do

Nordeste. Relativo ao VCR podemos destacar para todo o período de análise a significativa participação do Estado da Paraíba nesse setor, seguido dos Estados do Ceará e Sergipe, os demais como Ceará, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte apresentam vantagens comparativas no setor para alguns períodos, enquanto Piauí e Maranhão não possuem vantagens.

Ao analisar a parcela de mercado das exportações para esse setor (Market-Share) o Estado da Bahia representa quase metade do valor exportado no sub-período mais recente de 2011-2013 (48,1%) em sequência o Estado do Ceará possui participação de 26,65% para o mesmo sub-período, seguidos da Paraíba com 9,24%. No período de análise integral os estados do Piauí e Maranhão também não expressaram participações significativas nesse indicador para o setor de Intensivos em Trabalho e Recursos Naturais, vindo o Maranhão a apresentar melhorias no setor apenas entre 2011-2013.

O Indicador de Contribuição ao Saldo demonstra para este setor saldo positivo nos Estados da Paraíba, Ceará, Sergipe, Bahia e Maranhão, porém nos sub-períodos 1994-1998 e 1999-2002, o Maranhão apresentou saldo negativo, os demais Estados como Alagoas, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte obtiveram saldos negativos para os anos de 2011-2013.

TABELA 9- Intensivos em Trabalho e Recursos Naturais – Estados do NE – VCR, MS E CS – 1994-2013

VCR									
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
1994-1998	0,46	1,14	1,69	0,003	7,91	0,78	0,79	0,46	1,02
1999-2002	0,62	0,81	2,13	0,01	6,76	0,85	0,69	1,55	1,36
2003-2006	1,76	0,67	2,64	0,04	6,85	1,04	0,46	0,69	0,75
2007-2010	1,73	0,73	3,3	0,03	8,24	0,52	0,07	0,97	1,45
2011-2013	0,91	0,81	3,56	0,46	7,72	0,22	0,009	0,4	2,16
MARKET SHARE									
1994-1998	3,85	55,04	15,69	0,05	14,52	7,51	1,24	1,19	0,94
1999-2002	4,06	40,37	25,52	0,26	15,15	6,33	0,85	0,92	0,92
2003-2006	10,14	37,03	25,6	0,6	15,47	7,75	0,3	3,18	0,48
2007-2010	10,34	41,75	28,2	0,5	12,36	3,51	0,06	2,21	1,02
2011-2013	5,18	48,1	26,65	7,07	9,24	1,81	0,0009	0,58	1,4
CONTRIBUIÇÃO AO SALDO									
1994-1998	-13,59	10,62	11,14	-0,39	54,66	2,04	4,62	-3,57	7,25
1999-2002	3,81	7,65	18,12	-0,17	63,59	4,38	3,42	9,91	9,63
2003-2006	6,5	5,84	24,25	0,32	58,52	4,79	2,87	1,67	6,89
2007-2010	4,04	5,74	27,31	0,22	46,38	-1,4	-0,86	3,91	12,04
2011-2013	-13,64	4,44	20,13	2,54	23,13	-2,7	-2,53	-2,16	11,96

Fonte: Elaboração Própria.

A TAB.10 traz os indicadores de Vantagens Comparativas Reveladas, Market-Share e Contribuição ao Saldo, para o setor de Baixa Intensidade Tecnológica E Produtividade Do Trabalho. Neste setor o Estado do Maranhão é o único Estado da Região Nordeste a possuir vantagens comparativas reveladas em todos os anos de análise. Os Estados do Pernambuco e Piauí apresentaram VCR > 1 apenas no sub-período 2007-2010.

Na análise do Market-Share, novamente ganha destaque o Estado do Maranhão que nos anos 2011-2013 conteve a maior parcela de exportação do período, sendo essa de 71,16%, seguido do Estado da Bahia com 20%, o Ceará com 4,73% e Pernambuco com 3,93%. Os Estados do Alagoas e Piauí não possuíram participação neste setor dentro do período analisado e os demais Estados apresentaram uma participação ínfima.

Referente ao indicador CS todos os Estados da Região Nordeste apresentaram contribuição de saldo negativa para os anos de 2011-2013, exceto o Estado do Maranhão que apresentou o melhor desempenho frente ao demais para este setor. Assim nota-se que a Região Nordeste não é significativa na produção e exportação de bens de Baixa Intensidade Tecnológica.

TABELA 10- Baixa Intensidade – Estados do NE – VCR, MS E CS – 1994-2013

VCR									
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
1994-1998	0	0,83	0,39	3,06	0	0,08	0	0	0,02
1999-2002	0	0,63	0,31	3,71	0	0,48	0	0	1,81
2003-2006	0	0,51	0,68	4,16	0	0,77	0	0	0,06
2007-2010	0	0,38	0,83	4,07	0,16	3,15	4,42	0	0
2011-2013	0	0,33	0,63	4,64	0,01	0,47	0	0,07	0
MARKET SHARE									
1994-1998	0	40,32	3,67	55,15	0,0002	0,81	0	0	0,02
1999-2002	0	31,45	3,79	59,93	0,001	3,57	0	1,02	1,23
2003-2006	0	28,46	6,65	59,47	0,001	5,34	0	0	0,04
2007-2010	0	21,79	7,15	66,68	0,02	4,32	0	0,01	0
2011-2013	0	20	4,73	71,16	0,01	3,93	0	0,1	0
CONTRIBUIÇÃO AO SALDO									
1994-1998	0	3,9	-1,44	14,8	-0,18	-0,07	0	-0,48	-0,65
1999-2002	-0,2	1,43	-3,51	17,84	-1,62	1,38	-5,37	-1,67	5,5
2003-2006	-0,12	2,37	-6,99	25,45	-5,72	3,6	-18,28	-1,93	-3,26
2007-2010	-0,79	1,01	-15,8	19,1	-8,53	-0,17	-66,88	-5,98	-1,9
2011-2013	-3,54	-0,25	-13,05	13	-2,97	-0,73	-48,34	-6,02	-1,09

Fonte: Elaboração Própria.

Na TAB.11 o setor analisado é o de Média Intensidade Tecnológica E Produtividade Do Trabalho, em relação ao indicador de Vantagens Comparativas, é notável que apenas a Bahia possui vantagens em todos os seis sub-períodos, os Estados do Alagoas, Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe não possuem vantagem nessa modalidade.

Diferentemente do Maranhão que entre 2011-2013 apresentou o percentual de 1,16% e Pernambuco que apresenta vantagens em três sub-períodos (1999-2002; 2007-2010 e 2011-2013), registrando no último período o percentual de 2,11%. Mas, mesmo alguns Estados Nordesteiros possuindo vantagens nesse setor, o mesmo não se demonstra tão significativo.

Ao analisarmos a parcela de mercado, temos como destaque novamente a Bahia que nos anos de 2003-2006 representaram 83,83% do total da quantidade exportada desse setor no Nordeste. Outros Estados como o Maranhão e Pernambuco passaram a ter participação significativa em 2011-2013, cada um correspondendo há aproximadamente 17%, enquanto os demais Estados não apresentam significância.

Correspondente ao indicador de Contribuição ao Saldo, apenas a Bahia em 1994-1998 e o Maranhão e Pernambuco entre 2011-2013 apresentam saldo positivo e mesmo alguns Estados possuindo vantagens comparativas e parcelas de mercado não se pode considerar expressiva a participação do Nordeste nesse setor, sobre o CS observou-se que os demais Estados apresentaram saldo negativo em todos os períodos.

TABELA 11- Média Intensidade – Estados do NE – VCR, MS E CS – 1994-2013

VCR									
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
1994-1998	0,6	1,54	0,17	0,34	0,008	0,98	1,02	0,01	0,79
1999-2002	0,45	1,53	0,16	0,5	0,06	1,24	0,72	0,21	0,69
2003-2006	0,4	1,51	0,13	0,34	0,03	0,9	0,3	0,06	0,42
2007-2010	0,24	1,39	0,21	0,47	0,03	1,29	0,18	0,09	0,09
2011-2013	0,02	1,06	0,14	1,16	0,02	2,11	0,1	0,18	0,1
MARKET SHARE									
1994-1998	4,93	75,4	1,56	6,22	0,01	9,46	1,61	0,03	0,73
1999-2002	2,79	76,01	2,03	8,14	0,14	9,22	0,89	0,47	0,47
2003-2006	2,31	83,83	1,29	5,48	0,07	6,24	0,2	0,29	0,26
2007-2010	1,42	79,76	1,86	7,76	0,04	8,62	0,15	0,22	0,06
2011-2013	0,11	63,08	1,1	17,85	0,02	17,36	0,1	0,26	0,06
CONTRIBUIÇÃO AO SALDO									
1994-1998	-20,24	5,9	-18,55	-6,17	-24,84	-6,21	-27,2	-35,59	-15,83
1999-2002	-40,94	-12,53	-28,5	-0,53	-42,13	-3,08	-23,88	-49,74	-11,76
2003-2006	-25,87	-8,58	-23,98	-2,43	-48,86	-23,22	-25,01	-43,82	-35,35
2007-2010	-31,05	-18,41	-28,42	-3,59	-37,04	-16,47	-12,95	-57,47	-52,99
2011-2013	-39,96	-21,33	-27,41	12,22	-23,89	8,59	-32,21	-57,69	-45,07

Fonte: Elaboração Própria.

Na TAB.12 são analisados os indicadores de comércio exterior para o setor de Alta Intensidade Tecnológica e produtividade do trabalho, nesse setor apenas Bahia e Sergipe apresentam $VCR > 1$, ou seja, possuem vantagens comparativas e vale salientar o desempenho de Sergipe no sub-período 2011-2013 que correspondeu a 7,29%.

No Market-Share o Estado da Bahia, que também ocupa no ranking das exportações da Região Nordeste o primeiro lugar como exportador, consideravelmente também possui a maior quantidade de exportada no setor de Alta Intensidade Tecnológica em todos os sub-períodos, seguido do Ceará, que não possui vantagens comparativas, mas apresenta 5,5% da parcela de mercado e do Estado de Sergipe que apresenta 4,73%. Relacionado a Contribuição ao Saldo, apenas Sergipe entre 2011-2013 teve contribuição de saldo positiva, os demais Estados em todo o período negativaram o saldo.

TABELA 12 - Alta Intensidade – Estados do NE – VCR, MS E CS – 1994-2013

VCR									
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
1994-1998	0	1,91	0,28	0	0,35	0,44	0	0,08	0,27
1999-2002	0,53	1,74	0,33	0	0,21	0,51	0	0,14	1,49
2003-2006	0	1,62	0,4	0	0,16	0,49	0	0,07	3,46
2007-2010	0	1,61	0,08	0	0,16	0,61	0,01	0,2	3,05
2011-2013	0	1,44	0,73	0	0,11	0,45	0	0,18	7,29
MARKET SHARE									
1994-1998	0,001	91,98	2,64	0,01	0,65	4,22	0	0,22	0,25
1999-2002	3,48	86,57	4,01	0,01	0,47	3,7	0	1,01	1,01
2003-2006	0	89,73	3,89	0,01	0,38	3,42	0	0,33	2,21
2007-2010	0,008	92,26	0,7	0,01	0,25	4,12	0,01	0,47	2,14
2011-2013	0,01	85,54	5,5	0,09	0,13	3,7	0	0,26	4,73
CONTRIBUIÇÃO AO SALDO									
1994-1998	-2,5	-2,43	-2,53	-1,62	-6,84	-1,69	0	-5,28	-1,8
1999-2002	-1,66	-1,65	-2,06	-0,69	-3,52	-2,2	-5,56	-6,94	-2,36
2003-2006	0	-2,08	-2,85	-0,41	-2,51	-5,71	-4,31	-4,46	-2,7
2007-2010	-2,5	-1,63	-5,07	-0,34	-3,19	-4,51	-4,57	-6,57	-1,86
2011-2013	-2,53	-3,31	-4,11	-0,19	-2,1	-1,83	-3,91	-6,86	1,4

Fonte: Elaboração Própria.

Na TAB.13 o setor de Petróleo e Insumos Energéticos ganha o foco da análise, com isso temos que os Estados de Alagoas, Paraíba e Piauí não possuem nenhum tipo de vantagem comparativa revelada, enquanto Ceará, Maranhão, Pernambuco e Sergipe apresentam valores ínfimos mais que também não demonstram vantagem alguma, apenas o Rio Grande do Norte (2003-2006) e a Bahia em todos os anos apresentaram vantagem comparativa. No tocante a relação da quantidade exportada do setor nos estados e a nível regional, no sub-período de 1994-1998 o Estado Baiano obteve 100% das exportações Nordestinas e novamente Alagoas, Paraíba e Piauí não apresentam valores para o setor, ou seja, nesses estados esse setor não apresenta nenhuma expressividade.

O Estado do Rio Grande do Norte foi o único a apresentar contribuição de saldo positiva, a partir dos anos de 1999-2002, os demais contribuíram negativamente em todo o período. Dessa forma, o Nordeste não demonstra padrão de especialização nesse setor, assim, contudo, pode se concluir que a Região Nordestina aponta melhor desempenho no setor de Commodities Primárias.

TABELA 13 - Petróleo e Insumos Energéticos – Estados do NE – VCR, MS E CS – 1994-2013

VCR									
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
1994-1998	0	2,07	0	0	0	0	0	0	0
1999-2002	0	1,96	0	0	0	0,02	0	0,44	0
2003-2006	0	1,55	0,07	0	0	0,27	0	2,41	0
2007-2010	0	1,71	0,04	0,03	0	0,11	0	0,09	0
2011-2013	0	1,56	0,77	0	0	0,16	0	0,21	0,01
MARKET SHARE									
1994-1998	0	100	0	0	0	0	0	0	0
1999-2002	0	97,81	0,09	0	0	0,21	0	0	0
2003-2006	0	86,21	0,71	0,09	0	1,86	0	11,1	0
2007-2010	0	98,14	0,34	0,52	0	0,77	0	0,2	0
2011-2013	0	92,51	5,77	0,04	0	1,35	0	0,3	0,01
CONTRIBUIÇÃO AO SALDO									
1994-1998	0	-31,37	0	0	0	0	0	0	0
1999-2002	0	-12,44	-21,06	-83,66	0	-26,23	0	2,83	0
2003-2006	0	-7,77	-27,95	-84,03	0	-11,31	0	20,74	0
2007-2010	0	-8,19	-15,52	-80,24	0	-12,22	0	0,7	0
2011-2013	0	-4,37	-7,92	-68,56	-3,62	-23,72	0	2,33	-9,05

Fonte: Elaboração Própria.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo o presente trabalho, percebeu-se que diante da abertura comercial em 1990, cada região brasileira reagiu de forma diferenciada, uns positivamente e outros nem tanto, como caso do Nordeste, que em todo o período de análise (1990-2013) não conseguiu compor nem 10% do valor total das exportações brasileiras. Esse fenômeno pode ser explicado pelo desempenho de cada estado que compõe a pauta exportadora regional.

Ao fazermos uma análise mais concentrada, percebe-se que, os estados da Bahia e do Maranhão ao longo de todo período apresentam as maiores contribuições para as exportações nordestinas, principalmente o estado baiano.

A Bahia conseguiu obter este bom desempenho quando comparado aos demais estados devido aos vários programas de incentivos adotados pelo seu governo com a finalidade de promover o crescimento econômico estadual, e isso conseqüentemente, contribuiu de forma direta para a expansão das exportações baianas.

As mudanças do cenário nacional influenciaram de forma direta para as decisões de adaptação destas políticas, fazendo com que o estado baiano deixasse a sua base

de exportadora de produtos primários (cacau, fumo e café) e experimentasse uma maior diversificação em sua pauta exportadora com novos segmentos, como o papel e celulose, calçados e automóveis (destaque para a fábrica na Ford na Região Metropolitana de Salvador). Por estes motivos que se verificou uma concentração do *Market share* baiano em três setores: o de média intensidade tecnológica, com destaque para a exportação de produtos químicos orgânicos, plásticos e suas obras e veículos automóveis e suas partes; alta intensidade, com ênfase na exportação de produtos químicos; e os de classificação de petróleo e insumos energéticos, com *fuel-oil*.

O Maranhão também conseguiu um desempenho significativo na participação das exportações nordestinas, no entanto, assim como os demais estados, com exceção da Bahia, o estado não adotou desde o período de abertura comercial políticas destinadas à fomentação de seu comércio exterior para diversificar a sua pauta.

Neste período temporal estudado, notou-se que o estado maranhense deteve apenas duas parcelas de mercado expressivas, foram elas: *commodities* primárias e baixa intensidade tecnológica. No que se refere às *commodities*, destacam-se os grãos de soja; minérios, escória e cinzas (provenientes da Empresa Vale do Rio Doce) e; alumínio. Já para os de baixa intensidade, evidenciam-se o ferro e seus derivados.

O estado de Alagoas é um dos que se verificou maior concentração na sua pauta exportadora, ou seja, as suas exportações são basicamente compostas por *commodities* primárias, como açúcares, vinagres e bebidas alcoólicas. Esta focalização nessas mercadorias se dá devido à presença de quatro grandes empresas exportadoras de açúcares, álcool e vinagres no estado, a Copertrading – Comércio, Exportação e Importação, Usina Caeté S.A, Usina Coruripe Álcool e a Central Açucareira Santo Antônio.

No estado cearense também se notou a concentração de poucos setores na formação da pauta exportadora, sendo composta basicamente por *commodities* primárias e intensivo em trabalho e recursos naturais. Nas *commodities* tem destaque para as frutas, como a castanha de caju e melões, além de crustáceos. Já para a classificação intensivo em trabalho, pode-se destacar os calçados, polainas e artefatos

semelhantes. Vale destacar que, no último período de análise (2011-2013), outro setor no estado teve uma participação significativa nas exportações, o setor de petróleo e insumos energéticos, com a produção de *fuel oil*, que resultou das operações de transbordo da Petrobras no Porto do Pecém (Região Metropolitana de Fortaleza).

O estado da Paraíba contribui pouco para as exportações nordestinas, entre 1990 a 2013, não chegando a nem 3% do total exportado. Diferentemente da análise dos estados anteriores, a Paraíba concentrou a sua pauta em apenas um setor, o intensivo em trabalho e recursos naturais, e apesar disto, a vantagem comparativa revelada para esse segmento em todos os períodos foi bem elevada. A suas exportações foram basicamente compostas por calçados (destaque para a Empresa Alpargatas), açúcar e bebidas. Na última análise temporal (2011-2013) observou-se que o capítulo de *commodities* obteve um aumento, embora que pequeno esse crescimento foi puxado pela exportação de minérios, mais especificamente, minério de titânio e ilmenita.

Assim como o estado da Bahia, Pernambuco compôs a sua pauta de maneira mais diversificada, chegando a participar de todas as classificações de intensidade tecnológica. No entanto, são nos setores de média intensidade (com maior evidência para as embarcações e estruturas flutuantes) e não classificados que possuem uma maior concentração. Porém, pode-se destacar os seguintes capítulos de *commodities*: açúcares e produtos de confeitarias; frutas, cascas de cítricos e de melões (destaque para a cidade de Petrolina).

De maneira idêntica ao estado paraibano, o Piauí também concentrou o seu comércio exterior apenas em um único segmento, as *commodities* primárias, com as exportações de soja, gorduras vegetais e frutas. A sua contribuição para a composição da pauta nordestina foi a segunda pior, perdendo apenas para o Sergipe.

O estado sergipano foi o qual menos contribuiu para as exportações nordestinas, concentrando a sua pauta em *commodities* e em intensivo em trabalho, no entanto, a partir dos anos 2000 inicia-se um comportamento peculiar, pois este estado começa a apresentar um *Market share* elevado para o setor de alta intensidade tecnológica. Isso de seu devido às exportações de produtos das indústrias químicas. Para as

commodities, observou-se uma dominação da soja e seus derivados, gorduras vegetais e animais e, frutas, mas especificamente a exportação de suco de laranja.

O Rio Grande do Norte teve uma contribuição relevante para a composição da pauta regional, variando entre 2% a 7%. As suas exportações basearam-se em *commodities* (especialmente frutas), em não classificados e em petróleo e insumos energético, sendo este último com várias oscilações.

Diante da análise do comportamento das unidades federativas da região, pode-se concluir que o Nordeste em todo o período de estudo contribuiu pouco para as exportações brasileiras, isso em decorrência de fatores, tais como: i) concentração da pauta exportadora na grande maioria de seus estados, principalmente em *commodities*; ii) alta vulnerabilidade externa e; iii) falta de investimentos e de políticas de comércio exterior apropriadas para a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARVEBUG, A. Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. (Org.). **A Economia Brasileira nos 90**. BNDES, Rio de Janeiro, 1999.

BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira**. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, 2014. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/>>. Acessado em: 29 out. 2014.

CASSANO, F. A. A Teoria Econômica e o Comércio Internacional. **Pesquisa e Debate**. São Paulo, v. 13, nº 21, p.112 – 128, 2002.

CASTRO, L. B. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, F. *et al.* (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DOSI, G.; PAVITT, K.; SOETE, L. **The economics of technological change and international trade**. Nova Iorque: New York University Press, 1990.

_____. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, Fet al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GONÇALVES, R. A teoria do comércio internacional: uma resenha. **Economia Ensaios, Uberlândia**, v.12, p.3-20, 1997.

GUIMARÃES, E. P. Evolução das Teorias de Comércio Internacional. **Estudos em Comércio Exterior**. Rio de Janeiro, v.1, nº 2, p. 2-19, jan-jun., 1997.

KRUGMAN, P.; OSTFELD, M. **Economia Internacional**. 8 ed. São Paulo: Pearson, 2010.

LIMA, B. G. C. C. **Padrão de Especialização Comercial Brasileira entre 1990 e 2012: Aspectos Tecnológicos, Regionais e Macroeconômicos**, 2014. 58p. (Monografia – Curso de Ciências Econômicas). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

MIRANDA, J. C. Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na Década de 1990. **Texto para Discussão IPEA**, [s.l.], nº 829, p. 5- 123, out, 2001.

NEGRI, F. D. **Inovação Tecnológica e Exportações das Firms Brasileiras**, Rio de Janeiro, p.1-19, 2005. Disponível em:
http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/firmas_brasileiras_inovacao_e_exportacao.pdf.

OLIVEIRA, I. T. M. Livre Comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias do Comércio internacional. **Revista Urutágua**, Paraná, nº 11, p.1 – 18, mar. 2007.

SARQUIS, J. B. **Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil**. 1 ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

TEXEIRA, R., Alves; P., Eduardo, Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Texto para Discussão Instituto de Economia**. nº 006, p. 7 – 35, set. 2012.

TOREZANI, T. A. **A Dinâmica da Inserção Brasileira no Comércio Internacional nos anos 2000: Uma Análise por Conteúdo Tecnológico**. 2013, 169p. (Dissertação de Mestrado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

TOREZANI, T. A.; CAMPOS, A. C. Tecnologia e competitividade: a evolução das teorias do comércio internacional. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA**, Belo Horizonte, nº 18, 2013, Sociedade Brasileira de Economia Política, 2013. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigos>>. Acesso em: 21 AGO, 2014.

VALERI, J. O. **Impactos da Atividade Inovativa Sobre a Permanência das Firms Industriais Brasileiras no Mercado Externo**. 2006, 117p. (Dissertação de Mestrado em Ciências Econômicas). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

Recebido em: Abril de 2017
Aceito em: Setembro de 2017